



Relatório Anual

2011

ÍNDICE

3	AGRADECIMENTOS
3	INTRODUÇÃO
5	PANORAMA ECONÔMICO

RESULTADO DO PLANO EM 2011

9	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS
19	INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO
20	INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
22	RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS
24	PARECER ATUARIAL
26	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
28	RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA
30	PARECER DO CONSELHO FISCAL
31	MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
32	GLOSSÁRIO

AGRADECIMENTOS

A OABPrev-Nordeste agradece a todos os colaboradores, participantes, assistidos e parceiros que contribuíram para a edição deste Relatório. O envolvimento de cada indivíduo foi de grande importância para que as informações contidas aqui tivessem a qualidade e a credibilidade necessárias para o entendimento dos leitores.

INTRODUÇÃO

A Diretoria Executiva do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional da Paraíba – OABPrev-Nordeste, em cumprimento aos dispositivos legais, apresenta o relatório anual de suas atividades durante o ano de 2011.

Encerramos o exercício de 2011 com 183 Participantes Ativos, consolidando uma gestão moderna com foco nos resultados e no participante.

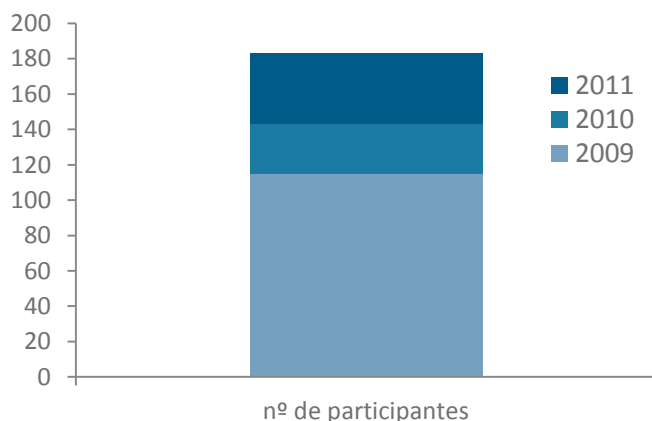
Ativos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2009	2010	2011
Nº de Participantes*	115	143	183
Idade média (anos)	35,15	35,23	35,39
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	0,80	1,48	2
Contribuição média	R\$ 126,16	R\$ 137,77	R\$ 148,90
Saldo individual médio	R\$ 1.347,29	R\$ 2.148,34	R\$ 2.895,79

* Valores não contemplam Participantes cancelados, os quais estão aguardando resgate.

Diante da tabela acima, percebe-se que a entidade teve um aumento no número de Participantes em 2011 na ordem de 28%, quando comparado com o exercício de 2010, conforme melhor elucidado no gráfico na próxima página.

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS



No exercício de 2011 encerramos o ano com 126 Participantes Assistidos.

Assistidos

INFORMAÇÕES GERAIS			
ITEM	2009	2010	2011
Nº de Assistidos	157	154	126
Idade média (anos)	67,03	67,94	68,79
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	1	2	3
Benefício médio	R\$ 1.088,20	R\$ 1.082,65	R\$ 1.287,35
Saldo individual médio	R\$ 140.572,60	R\$ 138.233,94	R\$ 164.965,99

Através da análise da tabela 2, percebe-se que houve uma ligeira redução no número de Participantes Assistidos em 2011.

O Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - NordestePrev possui atualmente 126 participantes assistidos e 3 beneficiários em gozo de benefício de pensão por morte.

Desde o início do funcionamento da entidade, em janeiro de 2009, muito já se fez para fortalecer as relações com os Participantes, de modo a aperfeiçoar os serviços prestados.

O relatório anual tem por objetivo prestar informações aos Participantes referentes às atividades desenvolvidas pela entidade e ao seu plano de benefícios.

Com a divulgação deste documento, a OABPrev-Nordeste mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão com transparência.

Boa Leitura!

PANORAMA ECONÔMICO

Após forte crescimento econômico de 7,5% em 2010, a expansão do PIB brasileiro desacelerou significativamente para 2,7% em 2011. Foi especialmente no segundo semestre do ano, coincidindo com o agravamento da crise financeira em alguns países da Zona do Euro, que a economia brasileira perdeu dinamismo. Na verdade, o crescimento interanual do PIB vem desacelerando desde o segundo trimestre de 2010. O ano de 2011 começou com crescimento de 4,2% no primeiro trimestre contra o mesmo período do ano anterior e terminou com crescimento bastante anêmico de 1,4%. Cabe ressaltar, no entanto, que o crescimento trimestral na série com ajuste sazonal (contra o trimestre imediatamente anterior) foi sempre positivo, exceto pelo desempenho do terceiro trimestre do ano. A boa notícia é que no último trimestre de 2011, o PIB voltou a crescer em relação ao trimestre anterior.

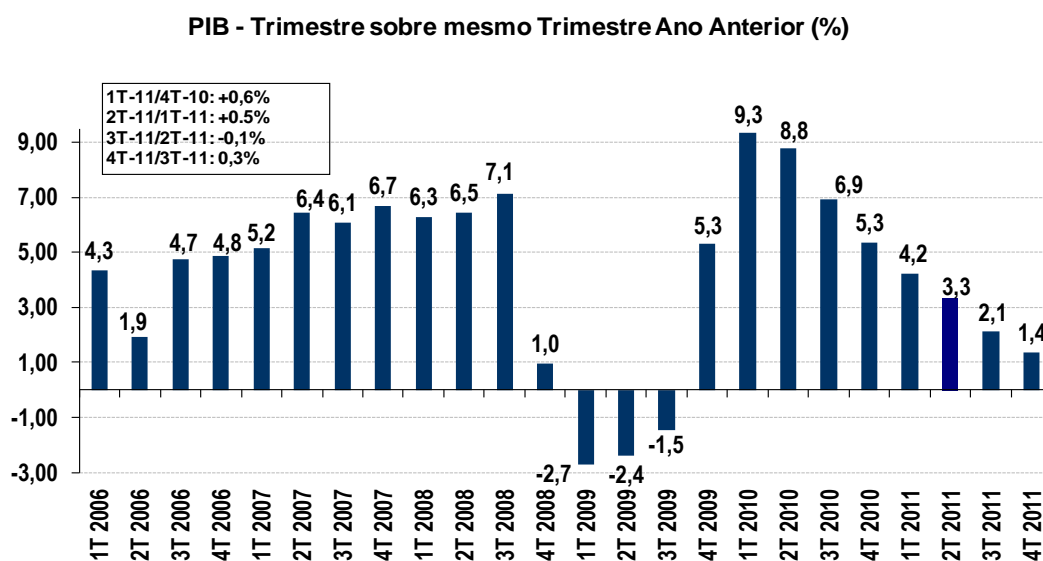


Figura 1 - Fonte: IBGE

O Brasil cresceu menos que a média de crescimento das economias emergentes que, de acordo à última estimativa do Fundo Monetário Internacional, teria sido de 6,2%. De todo modo, dado o baixo crescimento demográfico do país, o PIB per *capita* continuou a se expandir, desta vez à taxa de 1,8%, chegando a R\$21.252 no ano. O consumo das famílias brasileiras tem se mantido bastante aquecido, em função da redução significativa da taxa de desemprego, da expansão do crédito e do aumento constante da massa salarial em termos reais. Assim, em todos os trimestres o consumo cresceu a taxas bem maiores do que as do PIB em si. As importações ajudaram a cobrir o hiato entre o que as famílias demandavam e aquilo que era produzido dentro das fronteiras do Brasil. Dessa forma, pelo aquecimento da demanda interna, a inflação acelerou, mas não tanto quanto teria sido o caso se não tivesse havido expansão de importações.

É amplamente sabido que a taxa de crescimento de 7,5% do ano de 2010 não era uma taxa sustentável com estabilidade de preços, tendo em vista as enormes deficiências em infraestrutura e a ainda baixa taxa de investimento do Brasil. Por outro lado, o crescimento de 2,7% registrado em 2011 está bastante aquém da taxa de crescimento possível para o país. Embora não se tenha um número exato, essa taxa estaria entre 4% e 5% ao ano. Mas, entre outros motivos, 2011 foi um ano em que a economia europeia voltou a gerar muitas incertezas, no qual a maioria dos países daquele continente registrou taxas

negativas de crescimento já no último trimestre do ano. O excesso de liquidez que foi injetado nos mercados, pelos bancos centrais dos países avançados, para evitar problemas financeiros maiores, acabou contribuindo para valorizar muito o Real e a indústria sofreu as consequências.

Com efeito, a produção industrial no Brasil cresceu até o primeiro trimestre do ano passado e depois desacelerou significativamente. Assim, depois de ter crescido 10,5% em 2010, a produção industrial fechou 2011 praticamente estagnada, com expansão de apenas 0,3%. Dentre os setores industriais, o que registrou melhor desempenho foi a indústria produtora de bens de capital, o que não deixa de ser uma boa notícia, pois reflete algum dinamismo no tão necessário investimento.

Se por um lado o PIB não cresceu tanto quanto se esperava no início do ano, o bom desempenho do consumo das famílias refletiu o excelente desempenho do mercado de trabalho. A taxa de desemprego tem caído sistematicamente para níveis historicamente baixos, de modo que vários setores já se queixam a muito tempo da falta de mão de obra em geral, e pior ainda quando se trata de mão de obra com determinados requisitos de qualificação. O fato é que a taxa de desemprego chegou à marca de apenas 4,7% em dezembro de 2011. Essa taxa tinha sido de 5,3% um ano antes e chegou a 12,8% durante o primeiro mandato do governo do Presidente Lula. Tendo em vista que o mercado de trabalho está tão aquecido, o rendimento real médio das pessoas ocupadas tem crescido acima da inflação. Em 2011, cresceu 2,5% em termos reais e alcançou R\$1.672 em dezembro na média.

Apesar da desaceleração no crescimento do PIB, o mercado de trabalho superaquecido contribuiu para que a trajetória da inflação fosse bastante preocupante durante boa parte do ano. Com efeito, a taxa de inflação em doze meses, de acordo com os preços ao consumidor do IPCA, ficou acima do teto da meta de 6,5% oito meses seguidos, entre abril e novembro do ano passado. Chegou a um pico de 7,31% em setembro e fechou exatamente no limite de 6,5% em dezembro. Em 2010, já tinha fechado acima da meta central de 4,5% (5,91%), e como as expectativas de mercado para 2012 e 2013 já estavam acima da meta central em fins de do ano passado, é muito provável que tenhamos pelo menos quatro anos seguidos de incumprimento da meta de inflação. Já o IGP-M que corrige vários contratos – entre eles os alugueis – é muito mais volátil e passou de uma deflação de 1,72% em 2009 para uma inflação de dois dígitos em 2010 (11,32%) e subiu para 5,10% no fechamento de 2011.

Tendo em vista o afastamento do IPCA do centro da meta de 4,5%, estabelecido no regime de metas de inflação, o Banco Central tinha começado um processo gradual de aperto monetário em abril de 2010, elevando a taxa Selic dos 8,75% ao ano em que se encontrava à época para 12,50% ao ano em julho de 2011. Contudo, apesar da trajetória nada benigna da inflação, em agosto de 2011 o Banco Central surpreendeu o mercado e adotou novo processo de distensão monetária. A alegação era que o agravamento da crise internacional teria efeitos deflacionários sobre os preços na economia brasileira. Assim, a taxa de juros de referência fechou o ano em 11%. Ao contrário de 2010, a política fiscal de 2011 foi mais austera e isso algo contribuiu para evitar um descontrole maior da inflação. Se a política fiscal aprofundar o ajuste, gerando maiores superávits primários e evitando forte expansão de crédito via BNDES, a política monetária poderia ser menos estrita e ainda assim seria possível que a inflação convergisse para a meta. Entretanto, este não é o nosso cenário de referência. Com o *mix* atual de política econômica, a nossa expectativa é que o IPCA convirja para o *mix* atual de política econômica na melhor das hipóteses e 2011, apesar do aumento constante da inflação corrente e as próprias expectativas de inflação futura. De fato, antes da primeira reunião do Comitê de Política Monetária do

Banco Central (COPOM), em janeiro deste ano, já se sabia que o IPCA tinha fechado em uma perigosa taxa a meta central de 4,5% apenas no final de 2013 ou início de 2014.

Em termos das necessidades de financiamento externo, o Brasil encontra-se em uma situação extremamente confortável para enfrentar uma potencial nova crise de liquidez internacional, se a Europa não conseguir resolver os seus problemas. Com efeito, o nível de reservas internacionais do Banco Central do Brasil encontra-se em patamar bem elevado: acima de US\$350 bilhões.

Por fim, apesar da distensão monetária, a nossa expectativa de crescimento do PIB em 2012 não é maior a 3%, mas com aceleração do crescimento no segundo trimestre do ano, levando a um crescimento em torno de 4,5% em 2013.

(Panorama Econômico realizado por Victoria Werneck – Economista Chefe do grupo Icatu Seguros)

RESULTADOS DO PLANO EM 2011

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL					R\$ MIL	
ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	
Disponível	30	1	Exigível operacional	180	95	
Realizável	22.189	22.627	Gestão previdencial	122	28	
Gestão previdencial	-	5	Gestão administrativa	58	67	
Investimentos	22.189	22.622	Patrimônio social	22.086	22.560	
Créditos privados e depósitos	-	442	Patrimônio de cobertura do plano	21.948	22.223	
Fundos de investimento	22.189	22.180	Provisões matemáticas	21.948	22.223	
Permanente	46	27	Benefícios concedidos	21.417	21.915	
Imobilizado	46	27	Benefícios a conceder	531	308	
			Fundos	138	337	
			Fundos administrativos	138	337	
Total do ativo	22.266	22.654	Total do passivo	22.266	22.654	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO SOCIAL				R\$ MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %	
A) Patrimônio social - início do exercício	22.560	22.966	-1,77	
1. Adições	2.874	2.805	2,45	
(+) Contribuições previdenciais	187	337	-44,51	
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	2.223	1.981	12,19	
(+) Receitas administrativas	435	448	-2,98	
(+) Resultado Positivo dos Investimentos Gestão Administrativa	29	38	-24,66	
2. Destinações	-3.348	-3.211	4,24	
(-) Benefícios	-2.685	-2.516	6,71	
(-) Despesas administrativas	-663	-695	-4,69	
3. Acréscimo/Decréscimo no patrimônio social (1+2)	-474	-407	16,61	
(+/-) Provisões matemáticas	-275	-198	39,08	
(+/-) Fundos Administrativos	-199	-209	-4,7	
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	22.086	22.560	-2,1	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Ativo Líquido - início do exercício	22.223	22.421	-0,88
1. Adições	2.492	2.443	2
(+) Contribuições	269	462	-41,78
(+) Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	2.223	1.981	12,19
2. Destinações	-2.767	-2.641	4,77
(-) Benefícios	-2.685	-2.516	6,71
(-) Custeio administrativo	-82	-124	-34,39
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	-275	-198	39,08
(+/-) Provisões matemáticas	-275	-198	39,08
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	21.948	22.223	-1,24
C) Fundos não previdenciais	138	337	-59,06
(+/-) Fundos Administrativos	138	337	-59,06

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
1. Ativos	22.208	22.588	-1,68
Disponível	26	1	3325,55
Recebível	138	337	-59,06
Investimento	22.045	22.250	-0,92
Créditos privados e depósitos	-	70	-100
Fundos de investimento	22.045	22.180	-0,61
2. Obrigações	122	28	340,04
Operacional	122	28	340,04
3. Fundos não previdenciais	138	337	-59,06
Fundos administrativos	138	337	-59,06
5. Ativo líquido (1-2-3)	21.948	22.223	-1,24
Provisões matemáticas	21.948	22.223	-1,24

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	337	546	-38,26
1. Custeio da gestão administrativa	464	486	-4,64
1.1. Receitas	464	486	-4,64
Custeio administrativo da gestão previdencial	82	124	-34,39
Custeio administrativo dos investimentos	329	300	9,53
Resultado positivo dos investimentos	29	38	-24,66
Outras receitas	25	24	3,51
2. Despesas administrativas	-663	-695	-4,69
2.1. Administração previdencial	-418	-395	5,7
Pessoal e encargos	-118	-147	-19,9
Treinamentos/congressos e seminários	-5	-5	13,42
Viagens e estadias	-58	-71	-18,24
Serviços de terceiros	-138	-100	37,2
Despesas gerais	-92	-67	36
Depreciações e amortizações	-7	-4	56,92
2.2. Administração dos investimentos	-245	-300	-18,36
Serviços de terceiros	-245	-300	-18,36
4. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2)	-199	-209	-4,70
5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)	-199	-209	-4,70
B) Fundo administrativo do final do exercício (A+5)	138	337	-59,06

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			R\$MIL
DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO %
Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)	21.948	22.223	-1,24
1. Provisões matemáticas	21.417	22.223	-1,24
1.2. Benefício a conceder	21.417	21.915	-2,27
Contribuição definida	21.417	21.915	-2,27
1.2. Benefício a conceder	531	308	72,36
Contribuição definida	531	308	72,36
Saldo de contas - parcela participantes	531	308	72,36

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

(Valores expressos em R\$)

NOTA 1. CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba - OABPrev-Nordeste, é uma entidade fechada de previdência privada, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através do Ofício nº 1823/SPC/DETEC/CGAF, de 14 de junho de 2007, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, e alterações posteriores, obedecendo às normas expedidas através da Secretaria da Previdência Complementar e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

O OABPrev-Nordeste tem por objetivo executar e administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, constituídos por Instituidores, mediante contribuição de Participantes, de Empregadores ou de ambos, de acordo com os regulamentos e com as leis aplicáveis. Poderá promover outros programas previdenciais, em caráter facultativo, mediante contribuição específica dos membros interessados, respeitada a legislação vigente. Nenhum benefício ou serviço poderá ser criado ou majorado sem que, em contrapartida, seja previamente estabelecida a respectiva receita de cobertura.

São instituidoras do OABPrev-Nordeste, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba, a Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba e a Associação dos Aposentados da CAERN – APOSCAERN, instituidoras do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - NordestePrev.

O plano de benefícios da entidade, conforme enquadramento da PREVIC é um plano de contribuição definida (CD) com garantia de benefício mínimo, cujo custeio é estabelecido com base em avaliação atuarial, e quando ocorrem alterações significativas nos encargos da entidade com respeito ao referido plano.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial. Ou seja, as hipóteses são utilizadas para se apurar o valor do benefício mensal, quando de sua concessão em seu recálculo anual.

A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do plano de benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

Em 31 de dezembro 2011 a Entidade registrou os seguintes quadros de participantes ativos e assistidos, comparativamente ao exercício anterior:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativos	183	143
Assistidos	126	154
Total	309	297

Para a consecução de seus objetivos, a Entidade dispõe de recursos oriundos das Contribuições de seus participantes, de comissões e da remuneração dos seus ativos, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA CONTÁBIL

As demonstrações contábeis estão apresentadas em consonância à Planificação Contábil Padrão, conforme Resolução MPAS/ CNPC nº 08, de 31.10.2010 e alterações posteriores, consoante as normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A estrutura contábil está segregada em 4 (quatro) Atividades, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:

- **Gestão Previdencial** – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a contribuições e benefícios previdenciários.
- **Gestão Administrativa** – é o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas, bem como o ativo permanente, necessários à execução do plano de benefícios administrado pela OABPrev-Nordeste.

A contabilização dos eventos administrativos é efetuada em ambiente contábil específico, denominado Plano de Gestão Administrativa – PGA, cujo patrimônio que compõe o Fundo Administrativo está segregado por plano de benefícios, ou seja, o PGA é executado de forma consolidada e também, de forma segregada por plano de benefícios, dentro do próprio PGA.

- **Fluxo de Investimentos** – grupo de contas contábeis destinados ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da Gestão Previdencial e da Gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas dentro de cada ambiente contábil, ou seja, recursos previdenciais na Gestão Previdencial e recursos administrativos na Gestão Administrativa.
- **Gestão Assistencial** – é o ambiente contábil destinado ao registro contábil dos fatos relativos aos planos de benefícios de assistência à saúde, registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Não aplicável à OABPrev-Nordeste.

NOTA 3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis para Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC através da Resolução 1.272, de 22 de janeiro de 2010, e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Resolução CGPC nº. 08 de 31 de outubro de 2011.

As demonstrações do exercício anterior foram divulgadas de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada e regulamentada pela Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009 e a Resolução CNPC nº 01, de 03 de março de 2011.

3.1 – Balanço Patrimonial

3.1.1. Disponível

Disponibilidades são os recursos financeiros que se encontram à disposição da Entidade, compreendendo os meios de pagamento em espécie e os depósitos bancários à vista.

3.1.2. Realizável

Os realizáveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

Os registros relativos a contribuições de participantes vinculados são escriturados com base no regime de caixa, de acordo com item 8.1 do anexo C da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011.

3.1.3. Investimentos

Sob o título de Investimentos, no ativo realizável, estão incluídas todas as aplicações de recursos da Entidade. Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, a Entidade classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria de Títulos para Negociação, que registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais serão avaliados ao valor de mercado ou de provável realização.

3.1.3.1. Créditos Privados e Depósitos

Certificado de Depósito Bancário – CDB

Título negociável emitido por bancos comerciais, de desenvolvimento, de investimento e múltiplos representativos de depósitos a prazo. Os certificados são nominativos os respectivos depositantes escriturais, custodiados na CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação.

3.1.3.2. Fundos de Investimento

As quotas de fundos de investimento estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base no valor da quota do patrimônio e classificadas de acordo com a categoria de cada fundo.

Fundos Multimercados

A classificação dos Fundos Multimercados se baseia nas estratégias adotadas pelos gestores para atingir os objetivos dos fundos, que devem prevalecer sobre os instrumentos utilizados.

3.1.4. Permanente

Os valores que compõem o imobilizado, representados pelos bens de uso da Entidade, estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base na taxa anual de 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos, e 20% para equipamentos de informática e sistemas operacionais, cujos encargos de depreciação são reconhecidos como uma despesa do Plano de Gestão Administrativa, em consonância com a Instrução SPC nº 34, de 24 de janeiro de 2009. Existem controles individuais dos itens que compõem o Ativo Permanente Imobilizado.

3.1.5. Exigível Operacional

Os exigíveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores devidos e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os encargos proporcionais aplicáveis até a data do balanço.

Registra os valores a pagar assumidos pelos planos previdenciais e pelo Plano de Gestão Administrativa.

3.1.6. Patrimônio Social

Corresponde ao Ativo Líquido da Entidade e é composto pelo Patrimônio de Cobertura dos Planos e pelos Fundos.

3.1.6.1. Patrimônio de Cobertura dos Planos

Registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes do plano de benefícios previdenciais, de acordo com nota técnica atuarial.

As provisões matemáticas são determinadas por atuário, em conformidade com os critérios aprovados pela SPC e estão representadas por:

- Provisão matemática de benefícios concedidos – Consiste no valor atual dos benefícios pagos aos participantes e beneficiários já em gozo do benefício.
- Provisão matemática de benefícios a conceder – Corresponde às contribuições individuais dos participantes acrescidas das contribuições correspondentes à patrocinadora.

3.1.6.2. Fundos

Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo corresponde ao valor apurado decorrente das sobras, entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais, resultado dos investimentos do próprio fundo administrativo, outras receitas administrativas e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para custear as despesas administrativas do exercício subsequente.

3.2 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL

Elaborada por plano de benefícios previdenciários. A DMAL apresenta detalhadamente as adi oes e destina oes que resultam no Acréscimo ou Decréscimo no Ativo Líquido.

3.3 – Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL

Elaborada somente por plano de benefícios previdenciais e tem a finalidade de apresentar a composic o do Ativo Líquido de cada plano.

3.4 – Demonstrac o da Muta o do Patrimônio Social – DMPS

Elaborada de forma consolidada. A DMPS apresenta detalhadamente as Adi oes e Destina oes que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Patrimônio Social da soma dos planos administrados pela entidade.

3.5 – Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Elaborada de forma consolidada e também por plano de benefícios. A DPGA apresenta os eventos econ micos (Receitas e Despesas) que resultam no Acréscimo ou Decréscimo no fundo patrimonial da Gestão Administrativa.

3.6 – Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios – DOAP

Elaborada somente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano.

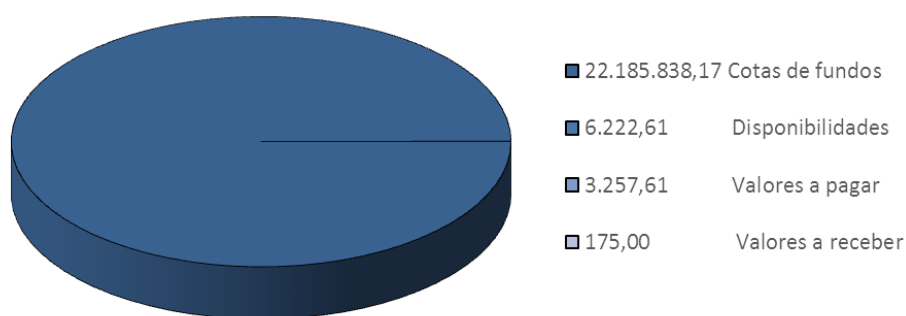
NOTA 4. INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos da Entidade tem gestão compartilhada. Os títulos encontram-se custodiados em instituições financeiras, na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados - CETIP, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

Os investimentos totais para a garantia dos recursos da entidade são:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Investimentos	22.188.978,14	22.621.866,92
Créditos privados e depósitos	-	442.020,40
Instituições financeiras	-	442.020,40
Certificados de depósitos bancários	-	442.020,40
Fundos de investimento	22.188.978,14	22.179.846,52
Multimercado	22.188.978,14	22.179.846,52

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita por intermédio do ICATU VANGUARDA FI EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO OABPREV NORDESTE MULTIMERCADO, e apresenta a seguinte composição:



NOTA 5 - PERMANENTE

Imobilizado

O Ativo Permanente Imobilizado contempla os bens imobilizados, móveis, utensílios, computadores, periféricos, máquinas e equipamentos, que são utilizados no desempenho da atividade-fim, os quais estão registrados pelos seus custos de aquisição e depreciados conforme a nota 3.1.4, e apresenta os seguintes saldos:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Imobilizado	46.405,46	26.993,13
Operacional corpóreo	46.405,46	26.993,13
Bens móveis	46.405,46	26.993,13
Computadores	6.009,96	7.936,20
Custo	9.631,09	9.631,09
Depreciação acumulada (-)	(3.621,13)	(1.694,89)
Periféricos	3.509,42	3.318,52
Custo	5.012,00	3.928,00
Depreciação acumulada (-)	(1.502,58)	(60,48)
Sistemas operacionais	7.540,07	9.860,03
Custo	11.600,00	11.600,00
Depreciação acumulada (-)	(4.059,93)	(1.739,97)
Móveis e Utensílios	22.596,38	3.006,19
Custo	25.680,50	4.885,00
Depreciação acumulada (-)	(3.084,12)	(1.878,81)
Máquinas e Equipamentos	4.629,71	2.872,19
Custo	5.501,35	3.308,35
Depreciação acumulada (-)	(871,64)	(436,16)
Instalações	2.119,92	-
Custo	2.193,00	-
Depreciação Acumulada (-)	(73,08)	-

NOTA 6 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. Gestão Previdencial

Registra os Benefícios a pagar e as Retenções a recolher incidentes sobre os benefícios, assumidos pelos planos da Gestão previdencial e apresenta os seguintes saldos:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
GESTÃO PREVIDENCIAL	122.415,22	27.819,37
IRRF s/benefícios renda continuada	101.272,12	8.283,85
IRRF s/Ben. Pagamento Único	-	35,79
Mongeral Aegon Seguros e Previdencia	19.845,14	18.202,67
Outras Exigibilidades	1.297,96	-

6.2. Gestão Administrativa

Registra as Contas a Pagar decorrentes dos compromissos assumidos, inclusive provisões de férias dos empregados, as retenções incidentes sobre salários, fornecedores e outras ainda não repassadas e os demais compromissos assumidos pela Entidade, relativos à Gestão Administrativa. A situação patrimonial apresenta os seguintes saldos:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
GESTÃO ADMINISTRATIVA	57.599,04	66.841,41
Fornecedores Diversos	42.065,62	37.509,57
Salários e Encargos	11.051,45	24.525,88
COFINS s/Receita Administrativa	2.038,30	1.926,48
PIS/COFINS/CSLL s/serviços	1.124,65	1.469,13
TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle	625,00	625,00
IRRF s/Serviços Pessoa Jurídica	362,80	473,92
PIS s/Receita Administrativa	331,22	311,43

NOTA 7 – PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

7.1.1. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Benefícios Concedidos	21.417.160,78	21.915.126,11
Contribuição Definida	21.417.160,78	21.915.126,11
Saldo de Contas dos Assistidos	21.417.160,78	21.915.126,11
Benefícios a Conceder	530.661,70	307.876,20
Contribuição Definida	530.661,70	307.876,20
Saldo de Contas - Parcela Participantes	530.661,70	307.876,20

7.2. Fundos

Fundo Administrativo

O fundo Administrativo é formado pela diferença apurada entre as fontes de receita e custeio e as despesas do Plano de Gestão Administrativa e apresenta os saldos acumulados:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	137.895,96	336.805,05
Constituição	26.259,23	259.566,87
Atualização	111.636,73	77.238,18

João Pessoa (PB), 31 de dezembro de 2011.

Ivanildo Pinto de Melo

Diretor Presidente

João Laercio de Amorim

CRC-SC 017.046/O-2

COMENTÁRIO FINAL

A carteira de investimentos do plano de benefícios da OABPrev-Nordeste acumulou no ano de 2011 retorno de 10,44%. Este resultado ficou em linha com o perfil de risco adotado ao longo do período; sendo que os recursos foram inteiramente alocados em ativos de renda fixa pós-fixada, majoritariamente de emissão do Tesouro Nacional. Neste mesmo período, a rentabilidade da caderneta de poupança foi de 7,50% e do IPCA foi de 6,50%.

INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE E DO REGULAMENTO DO PLANO

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO – NORDESTEPREV

1. ESTATUTO

Não houve alterações do Estatuto Social da Entidade em 2011.

2. REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alterações do Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – Nordesteprev em 2011.

O Estatuto vigente e Regulamento vigente do Plano estão disponíveis para consulta no site www.oabprevnordeste.org.br, na opção Documentos → Documentos Legais da Entidade.

INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2012

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO – NORDESTEPREV

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício: 2012

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo: 20/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Luiz Antônio de Almeida

Mecanismo de informação da política aos Participantes: Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO NA DIVERSIFICAÇÃO POR EMISSOR

Em pessoas jurídicas ou conglomerados: 10%

Em Patrocinadoras e ligadas: 10%

ATIVOS DE RENDA FIXA	BAIXO RISCO	MÉDIO RISCO	ALTO RISCO
Pessoa jurídica não financeira	10%	3%	0%
Instituição financeira	10%	3%	0%
FIDC	10%	3%	0%

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Segmento	Indexador	Alvo Macro Alocação	Carteira	Limite Inferior	Limite Superior	Alvo
Renda Fixa	CDI	100%	Baixo risco de crédito	0%	100%	100%
			Médio e Alto risco de crédito	0%	20%	0%
Renda Variável	IBrX	0%	Ações em mercado (*)	0%	15%	0%
			Participações	0%	0%	0%
			Outros ativos	0%	0%	0%
Investimentos Estruturados	CDI	0%	Fundos de Investimento em Participações	0%	0%	0%
			Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes	0%	0%	0%
			Fundos de Investimento Imobiliário	0%	0%	0%
			Fundos Multimercados	0%	10%	0%
Investimentos no Exterior	CDI	0%	Ativos	0%		
			Fundos de Dívida Externa	0%		
Imóveis		0%	BDR e Ações de Companhias estrangeiras sediadas no MERCOSUL		0%	0%
			Empreendimentos Imobiliários	0%		
			Aluguel e Renda	0%	0%	0%
Empréstimos e Financiamentos	INPC + 6% a.a.	0%	Outros Imóveis	0%		
			Empréstimos a Participantes	0%	0%	0%

*Os investimentos classificados no segmento de renda variável devem observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até setenta por cento, observados adicionalmente os seguintes limites:

I - até setenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa;

II - até sessenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&FBovespa;

III - até cinquenta por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&FBovespa;

IV - até quarenta e cinco por cento em ações de emissão de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&FBovespa;

V - até trinta e cinco por cento em ações de emissão de companhias abertas não mencionadas nos itens I a IV, bem como em cotas de fundos de índice referenciados em ações admitidas à negociação em Bolsa de Valores;

VI - até vinte por cento em títulos e valores mobiliários de emissão de SPE;

VII - até três por cento nos demais investimentos classificados no segmento de renda variável.

4. CENÁRIO MACROECONÔMICO

A principal característica da política de investimentos da OABPREV-NE é o seu horizonte de longo prazo, compatível com o prazo de investimento de um plano de aposentadoria. Por isso, essa política baseia-se principalmente em uma estimativa de retornos reais e volatilidades de longo prazo para os benchmarks de cada segmento de aplicação. Isso significa que no curto prazo a OABPREV-NE pode não ter a melhor rentabilidade dentre os investimentos disponíveis no mercado, mas no longo prazo a OABPREV-NE está otimizando suas aplicações.

PROJEÇÃO 2012 – INDICADORES*	2012
PIB (%)	3,8
IGPM (%)	5,25
US\$ final (R\$/US\$)	1,85
SELIC média (%)	10,44

*Fonte: Icatu Seguros (Data base: 11/2011)

A OABPREV-NE, na execução e acompanhamento da política de investimentos, pode se utilizar dos cenários de curto prazo para fazer suas microalocações (escolha de ativos específicos, como ações, títulos de renda fixa etc.) e para escolher a participação de cada segmento (renda fixa, renda variável, empréstimos e imóveis) dentro dos limites aprovados.

RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A OABPREV-NE acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

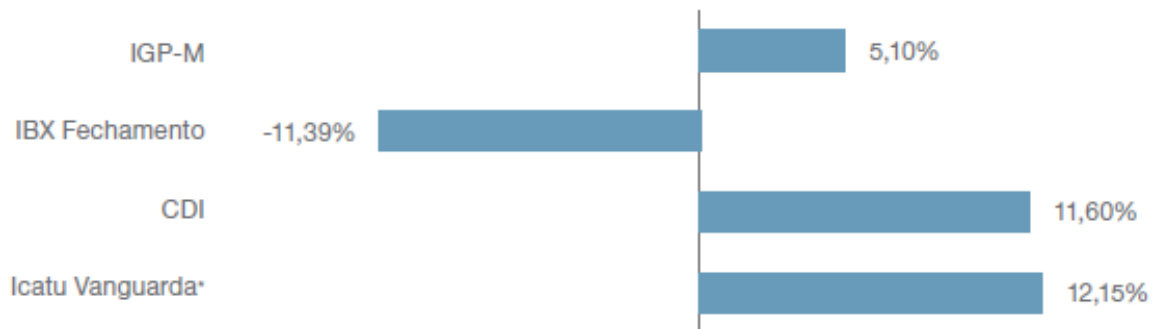
A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 3.792, de setembro de 2009, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Quotas (FIQ), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos do plano em 31/12/2011 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

Alocação	2011		2010	
Renda variável	R\$ 0	0,00%	R\$ 0	0,00%
Renda fixa	R\$ 22.189	100,00%	R\$ 22.180	100,00%
Total	R\$ 22.189	100,00%	R\$ 22.180	100,00%

RENTABILIDADE ACUMULADA JAN/11 A DEZ/11



*Os recursos do plano estão alocados no fundo ICATU VANGUARDA FIC OABPrev-Nordeste.

PARECER ATUARIAL

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO - NORDESTEPREV DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV- NORDESTE EXERCÍCIO 2011

1. Objetivo

Este anexo tem como objetivo atender à Resolução MPS nº 23, de 06 de dezembro de 2006 que, em seu artigo 3º, inciso IV, que estabelece a disponibilização do parecer atuarial do Plano de Benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Instrução nº 09, de 14 de dezembro de 2010, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A presente Avaliação Atuarial teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio para Cobertura do Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado - NordestePrev, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE em 31/12/2011, bem como, avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das provisões matemáticas, os resultados do Programa Administrativo da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na presente avaliação e que passarão a vigor a partir do exercício de 2012.

2. Base Cadastral

As informações referentes aos participantes ativos, assistidos e pensionistas para a Avaliação Atuarial, nos foram enviadas em arquivo eletrônico com data-base em 31/12/2011 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências.

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2011. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis fornecidas pela OABPrev-NE em 07 de fevereiro de 2012.

Analisando as informações encaminhadas se verificou uma elevação de 27,97% no número de participantes ativos em relação ao ano anterior. No que tange os aposentados, houve uma redução no número de aposentadorias, passando de 154 em 2010 para 126 benefícios concedidos em 2011. Quanto aos pensionistas o número de benefícios concedidos se manteve em 3 (três).

3. Hipóteses atuariais

O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Assim, as hipóteses atuariais adotadas para a Avaliação Atuarial – 2011, considerando a manifestação da Entidade quanto ao Relatório de Hipóteses Atuariais desenvolvido por esta Consultoria, são:

- a) Taxa de Juros: 6,00% a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT – 2000; e,
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT – 2000.

Por se tratar de um Plano estruturado na Modalidade de Contribuição Definida (CD), vale ressaltar que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência atuarial.

4. Resultados atuariais

A situação atuarial do plano de benefícios NordestePrev, administrado pela OABPrev-NE, avaliada em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou, em 31/12/2011, resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas pela OABPrev-NE referente à data base 31/12/2011.

A partir do histórico das rentabilidades auferidas pelos recursos garantidores do plano NordestePrev, no período que compreende os meses de março de 2009 a dezembro de 2011, apurou-se uma rentabilidade acumulada de 27,36%, ante um acumulado de 37,38% do índice de referência – INPC + 6,00% a.a. – para o mesmo período. Quando analisado apenas o ano de 2011, a rentabilidade auferida pela Entidade foi de 10,44% contra 12,44% do Índice de Referência.

Por fim, quanto ao Programa Administrativo, verificou-se que um decréscimo no valor nominal do Fundo constituído. Observando o último exercício, a receita média foi inferior à despesa média em R\$ 16.575,76. Verificou-se também que houve uma redução de 59,06% sobre o montante do Fundo Administrativo no último ano.

Considerando o exposto no presente parecer se conclui que o Plano de Benefícios Previdenciários do Advogado – NordestePrev encontra-se em equilíbrio atuarial e financeiro, devendo observar as indicações e os resultados apurados pela Avaliação Atuarial.

Florianópolis, 09 de março de 2012.

Data A Consultoria S/S Ltda.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**AOS DIRETORES E CONSELHEIROS DO
FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL
DA PARAÍBA – OABPREV-NE
JOÃO PESSOA, PB.**

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, das mutações do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Paraíba – OABPrev-NE, em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Recife -PE, 12 de março de 2012.

PHF – Auditores Independentes S/S

CRC-PE – 000680/O-0

Hugo Ferreira da Silva Junior

Contador CRC-PE -0011620/O – “S” – PB

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV- NORDESTE EXERCÍCIO 2011

Senhor Presidente, Senhores (as) Conselheiros (as),

Na forma estatutária, cumpre-nos apresentar o relatório das atividades de nossa Entidade no Exercício de 2011.

Neste nosso relatório enfatizaremos os acontecimentos marcantes do ano de 2011. Dois anos após iniciarmos efetivamente o Fundo de Pensão, com participação de três Instituidoras, quais sejam a OAB – Seccional da Paraíba, a Caixa de Assistência dos Advogados da Paraíba e a APOSCAERN, a entidade terminou o ano com 183 participantes ativos, com um crescimento de 40 participantes em relação ao final de 2010, o que significa um crescimento de 28%. Em relação aos Assistidos, fechamos 2011 com 126. Não há assistidos em gozo de benefício continuado por invalidez, apenas por aposentadoria programada e pensão por morte. Nós reverenciamos e prestamos mais uma vez voto de condolências aos parentes do participante assistido que faleceu este ano de 2011, in memoriam do Sr. João Batista Pereira. Os dependentes dos assistidos neste ano findo receberam da Entidade o total de R\$ 80.754,77 (oitenta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos) de pensão por morte e cerca de R\$ 1.797,46 (um mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos) de pecúlio por morte.

No total fechamos 2011 com 309 participantes do Plano. Outra característica positiva de nosso Plano foi a rentabilidade líquida, que fechou o ano de 2011 em 10,44%, sendo o Fundo de Pensão dos Advogados com maior rentabilidade no País, mesmo com o número de participantes ainda em crescimento por se tratar de uma das mais novas Previdências dos Advogados no Brasil. Desde 2009 até o final de 2011 tivemos uma rentabilidade acumulada de 27,36%. Com relação ao Plano de Gestão Administrativa, a Diretoria não mediu esforços em diminuir as despesas e aumentar receitas, trazendo maior equilíbrio financeiro e sustentabilidade ao Plano, através da redução de custos, redução das taxas de carregamento e de administração e acompanhamento junto aos consultores de vendas, para estimular o crescimento do Plano. A Diretoria também continuou com afinco a diligência na viabilização do aporte dos participantes do IASAN e de novos aposentados da CAERN, que se concluirá no Ano de 2012, trazendo um acréscimo de mais de cinco milhões em liquidez para o Fundo de Pensão.

Em observância ao Artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o OABPrev-Nordeste não distribui dividendos, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão. Merece atenção desse Egrégio Conselho, a performance conseguida pela OABPrev-Nordeste, no que tange a aplicação das reservas, mesmo que como todos sabemos, houve redução das taxas de juros do mercado financeiro e ainda assim observa-se uma pujança no crescimento nominal das taxas de juros conseguidas no mercado.

O desempenho das aplicações financeiras junto aos Bancos em 2011 revela a rentabilidade dos fundos de investimento da Entidade em cerca de 12,15% ao ano, o que demonstram ótimo desempenho, tendo em vista que o resultado perseguido durante o ano de 2011 atingiu excelente patamar, mantendo a maior rentabilidade entre as OABPrevs em todo o Brasil.

A OABPrev-Nordeste encerrou o exercício de 2011, com o Ativo Líquido do Plano de vinte e um milhões, novecentos e quarenta e oito mil reais, conforme consta das Demonstrações Contábeis e do Relatório da PHF AUDITORES INDEPENDENTES. Tudo isso, alcançado com capital dos participantes ativos e assistidos, evidenciando a solidez econômica e financeira da Entidade e o equilíbrio sustentável de suas contas do ativo e passivo.

Este ano de 2011 foi marcado por ações empenhadas da Diretoria em manter integridade da Entidade, Com a realização das reuniões periodicamente discutindo assuntos pertinentes às necessidades do Plano, Inclusive participando de Congressos e Treinamentos, para manterem-se aperfeiçoados neste complexo tema da Previdência Complementar. Dois dos Diretores da Entidade estão devidamente Diplomados de acordo com a resolução CMN nº 3.792/2009, certificados por entidade de reconhecido mérito pelo mercado financeiro nacional. Temos meta de alcançar a Certificação dos demais diretores e de todos os Conselheiros para o Ano de 2012. Os Diretores em 2011 baixaram resoluções e elaboraram documentos legais visando preservar a probidade dos atos administrativos e a segurança na execução dos atos de seus funcionários. Também cumpriram com suas designações nas Eleições dos Conselhos e na elaboração e cumprimento do Orçamento de Gestão, do PGA e da Política de Investimentos da Entidade.

Também foi discutida com a Mongeral, empresa contratada para gerir as vendas do Plano, durante todo o ano de 2011 a necessidade de se fomentar ainda mais as vendas com plano de ação para que se aumente o numero de participantes ativos na Entidade.

Não ficamos apenas por aqui neste relatório. A Diretoria traz para o Ano de 2012, grandes projetos que serão ousados e aguerridos com objetivo de trazer melhorias à OABPrev-Nordeste.

Pelo que se verifica, Senhor Presidente, Senhores (as) Conselheiros (as), esse foi o trabalho da Diretoria Executiva, com a recomendação para aprovação das Contas do Exercício de 2011 pelo Conselho Fiscal e Deliberativo, espelhado nos relatórios acima mencionados.

A todos e a todas, o nosso muito obrigado, pela confiança depositada, pela orientação, pelas recomendações oportunas e principalmente pelo prazer do grande companheirismo demonstrado nesse período, esperando que continue sempre.

Atenciosamente,

João Pessoa, 13 de março de 2012.

Ivanildo Pinto de Melo

Diretor Presidente

Luiz Antonio de Almeida

Diretor Administrativo Financeiro

Manoel Sales Sobrinho

Diretor Secretário

Achilles Garibaldi Eloy de Sousa

Diretor de Benefícios

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV-NORDESTE EXERCÍCIO 2011

O Conselho Fiscal do Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba – OABPrev-Nordeste, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, art. 44 do Estatuto, em reunião ordinária, realizada em 27 de março de 2012, analisou os relatórios da Auditoria Independente, PHF Auditores Independentes S.S., e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Constatou este Colegiado que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis exigidas pela legislação nacional e pelo Estatuto e Regimento da Entidade.

Após análise da documentação acima referida, o Conselho Fiscal conclui que os documentos refletem a atual situação patrimonial e financeira da Entidade, pelo que fica recomenda sua aprovação.

João Pessoa, 27 de março de 2012.

Marcos Augusto Ferreira Caju

Presidente

Francisco de Assis Tavares Júnior

Vice-Presidente

Adair Borges Coutinho Neto

Conselheiro Fiscal

Jeová Pereira Alves

Conselheiro Fiscal

Antonio Paulo da Silva Pessoa Neto

Conselheiro Fiscal

Valberto Alves de Azevedo Filho

Conselheiro Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL PARAÍBA – OABPREV-NORDESTE EXERCÍCIO 2011

Quanto às demonstrações contábeis e de resultado da OABPrev-Nordeste referente ao exercício de 2011:

Em reunião do dia 27 de março de 2012, o Conselho Deliberativo Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba – OABPrev-Nordeste, no uso das competências de que trata Art. 34 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis e de Resultado da OABPrev-Nordeste, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes (PFH Auditores Independentes S.S.), no Parecer do Conselho Fiscal e nas Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as atividades administrativas obedeceram aos dispositivos estatutários da OABPrev-Nordeste e aos princípios legais, e que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, contemplando os negócios e as atividades desenvolvidas no exercício examinado, razão pela qual aprova as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2011.

João Pessoa, 27 de março de 2012.

Geraldo de Margela Madruga
Presidente do Conselho Deliberativo

GLOSSÁRIO

Balanço Patrimonial: o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma sintética, a posição financeira e patrimonial da Entidade. Os valores do Balanço Patrimonial estão posicionados em 31 de dezembro e são divididos em dois grandes grupos (ativo e passivo), onde o ativo representa os bens, direitos e aplicações de recursos, e o passivo, as obrigações para com os participantes e terceiros.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS   o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modifica es que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstra o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL   o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentac o do ativo líquido por meio das adic es (entrada) e deduc es (saídas) de recursos.

Demonstra o do Ativo Líquido (DAL): a DAL   o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composi o do Ativo, Obriga es e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstra o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA   o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentac es que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstra o das Obriga es Atuariais do Plano (DOAP): a DOAP   o demonstrativo contábil que evidencia a composi o do patrimônio de cobertura do plano de benefícios e apresenta, de forma an tica, as altera es realizadas nas provisões matemáticas e no equilíbrio técnico.

Demonstrativo de Investimentos: o Demonstrativo de Investimentos apresenta a aloca o dos recursos da Entidade por segmento (renda fixa e variável) e estabelece um comparativo com as diretrizes estabelecidas na política de investimentos e na legisla o vigente. O Demonstrativo de Investimentos traz também um resumo sobre o retorno dos investimentos dos planos e a diferença quando comparado   meta atuarial, os custos de gestão dos investimentos e as modalidades de aplica o.

Notas Explicativas  s Demonstra es Contábeis: as Notas Explicativas acompanham as demonstra es contábeis e são responsáveis por detalhar as principais práticas contábeis utilizadas, os critérios adotados na apropria o dos recursos e na avalia o dos elementos patrimoniais. Além das informa es já descritas, as Notas Explicativas normalmente trazem também um breve histórico dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Política de Investimentos: a Política de Investimentos   responsável por definir as principais regras e condi es para aplica o dos recursos da Entidade e tem a finalidade de garantir uma gestão prudente e eficiente dos ativos dos planos. A política   elaborada anualmente e deve considerar em sua elabora o os riscos envolvidos e os objetivos da Entidade para defini o dos investimentos de médio e longo prazos.

Parecer do Auditor Independente: o Parecer do Auditor Independente é o documento que apresenta a análise do auditor em relação às demonstrações contábeis da Entidade e, principalmente, se os resultados apresentados refletem a realidade da Entidade e se estão de acordo com as normas legislativas e as principais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parecer Atuarial: o Parecer Atuarial é o documento que apresenta o resultado de um estudo técnico realizado anualmente nos planos de previdência por um atuário e reflete a opinião deste profissional sobre a saúde financeira dos planos. Este documento traz os custos estimados para manutenção do equilíbrio dos planos e os principais dados estatísticos e hipóteses utilizadas no estudo.

Parecer do Conselho Fiscal: o Parecer do Conselho Fiscal é o documento que reflete a opinião deste Conselho acerca dos resultados apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade, fazendo constar neste parecer todas as informações complementares que julgarem necessárias e pertinentes ao completo entendimento dos resultados.

Manifestação do Conselho Deliberativo: a Manifestação do Conselho Deliberativo é o documento que formaliza a ciência e concordância deste Conselho em relação ao conteúdo das demonstrações contábeis apresentadas pelo contador da Entidade e do Relatório Anual de Atividades referentes ao exercício após os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal.